

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT15.009](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT15.009)

AS FUNÇÕES DISCURSIVAS DA INTERTEXTUALIDADE NA CARTA DE JUDAS

Andréia Carlos de Sousa Rezende Nascimento
Domingos de Sousa Machado

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo principal a identificação e a análise da função textual-discursiva para os fenômenos intertextuais por copresença, a saber, alusão e referência. O corpus utilizado para exploração dos fenômenos intertextuais já mencionados é a carta de Judas, especificamente, dez versículos em que foram identificados esses elementos. Ponderamos acerca das funções textuais-discursivas encontradas, demonstrando a relevância do discurso do outro no corpus analisado. Para subsidiar esta pesquisa, utilizamos como suporte teórico-metodológico, os seguintes autores: Koch (2014), Marcuschi (2008), Costa Val (2000), Beaugrande e Dressler (1983), Koch, Bentes & Cavalcante (2007), Cavalcante (2016). Portanto, trata-se de um trabalho de natureza bibliográfica e de caráter qualitativo. A função encontrada para a alusão e referência foi a de argumento de autoridade. Os resultados mostraram que a voz do outro cumpre a função textual-discursiva de argumento de autoridade. A função textual-discursiva imputadas aos tipos intertextuais, nesta pesquisa, são de fundamental importância na construção dos sentidos e de persuasão. Dessa forma, na construção do corpus, o autor articulou os recursos intertextuais para argumentar e persuadir o seu interlocutor.

Palavras-Chave: Texto. Intertextualidade. Função textual-discursiva.

1 INTRODUÇÃO

A intertextualidade enquanto recurso, bastante utilizado nas construções discursivas tem sido alvo de inúmeras pesquisas. Esse fenômeno caracterizado pela presença do discurso do outro em um determinado texto é muito importante, porque como diz a autora, ao discorrer sobre a relevância deste fenômeno linguístico, afirma que “nenhum texto pode ser tomado isoladamente, desvinculado de qualquer outro, mas, sim, em sua intrínseca relação com outros exemplares textuais” (CAVALCANTE, 2016, p. 145). Reconhecendo a importância da intertextualidade, porém não usando esta nomenclatura, Bakhtin (1979) já delineava em seus escritos algo relacionado com o tema, o dialogismo. Este reconhecia as várias vozes sociais presentes em um texto, bem como o diálogo entre os enunciados.

Ao adentrar neste tema, é necessário, também, lançar um olhar sobre a Linguística Textual; naturalmente, por ela fazer do texto o seu objeto de estudo. O fenômeno da intertextualidade, mais estritamente, o seu estudo é feito sob os efeitos de uma dedicação ao referido objeto.

Nesse sentido, a Linguística Textual, ao longo do tempo, ocupou-se em acompanhar o desenvolvimento do seu objeto. Não sendo o objetivo deste trabalho trazer detalhadamente as transformações sofridas por ele em cada etapa, porém, faz-se necessário abordar alguns aspectos sobre texto e textualização. Para isso, lançou-se mão de alguns referenciais teóricos como Koch (2014), Marcuschi (2008), Costa Val (2000), Beaugrande e Dressler (1983).

O fenômeno da intertextualidade é abordado dentro dos critérios de textualização citados por Costa Val (1991). Por isso, foram dedicados alguns parágrafos para tratar sobre o tema. Ao discorrer sobre intertextualidade, fez-se uma pequena retomada a Bakhtin (1979). Depois disso, recorreu-se a Koch, Bentes & Cavalcante (2008), Cavalcante (2016) para definir e discorrer sobre cada tipo. Em seguida, buscou-se retratar o tema em questão à luz de Gennete (1982) e Piègay-Gross (1996) que, por sua vez, modificaram as tipologias intertextuais; a saber, referência e alusão. E estas tipologias também ganharam destaque neste trabalho.

Assim, temos como objetivo identificar e classificar o fenômeno da intertextualidade na carta de Judas, particularmente, em dez versículos, em que o autor reportou a algumas passagens do Antigo Testamento e alguns livros judaicos para referendar o seu discurso. Em seguida, na análise, refletiremos sobre a função discursiva e a importância da alusão e da referência para que o autor pudesse efetivar os seus objetivos.

Desta forma, este artigo divide-se em 2 seções. Na primeira, após a introdução, será tratado sobre noções de texto segundo a Linguística Textual. Em seguida, aborda-se a Intertextualidade e os seus tipos segundo Koch, Bentes & Cavalcante (2008), além das relações de copresença. Já na segunda seção, será falado acerca das relações intertextuais entre a carta de Judas e outros livros. Logo após, será discorrido, acerca das análises e por fim, as considerações finais.

Esta pesquisa é relevante para os pesquisadores que estudam a Linguística Textual, pois, nos diferentes domínios discursivos, mas estritamente no âmbito religioso é possível encontrar os fenômenos intertextuais que contribuem para a construção de sentidos do texto.

A seguir, será discutida a evolução do objeto da Linguística Textual – o texto, bem como os conceitos de textualização apresentados por alguns autores considerados referência nesta área.

2 O TEXTO E INTERTEXTUALIDADE

Como ponto de partida, será realizada uma explanação sobre o desenvolvimento do texto no âmbito da Linguística Textual. Será feito, também, um breve apanhado dos critérios de textualização para se chegar à Intertextualidade, tema crucial desta pesquisa.

2.1 A CONSTRUÇÃO DO TEXTO

Há algum tempo, a definição do que é texto, bem como a sua análise, tem ocupado a atenção de alguns estudiosos. Outrora, sendo analisado apenas na perspectiva frasal ou ainda em unidades mínimas como fonemas, morfemas ou palavras soltas. Esta análise passou por alguns momentos até chegar à concepção atual,

na qual é concebida na perspectiva comunicativa, interacional, cognitiva; mas também linguística.

Sendo assim, Koch (2014) propõe a sua definição:

[...] o texto como uma manifestação verbal constituída de elementos linguísticos selecionados e ordenados pelos coenunciadores, durante a atividade verbal, de modo a permitir-lhes, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais (cf. Koch, 1992). (KOCH, 2014, p. 27)

Diante desta definição, o objeto estudado pode ser visto como instrumento de comunicação entre indivíduos num dado contexto sociocultural em que ambos possuem funções durante esta interação. Marcuschi (2008) adota o conceito de Beaugrande (1977) aplicado também neste trabalho. Segundo este autor “O texto é um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas.” (BEAUGRANDE, 1977, *apud* MARCUSCHI, 2008, p. 72). Visto dessa forma, como sugere Beaugrande (1997) este objeto se realiza dentro de um espaço ocupado por enunciador e enunciatário. O seu processamento se dá levando em consideração desde as unidades mínimas às questões contextuais.

Ainda nesta perspectiva, Fiorin (2016) cita Bakhtin para defender que este estudioso há muito adiantou-se neste tipo de análise, hoje, considerada plausível. O referido autor já reafirmava a necessidade de analisar o texto como o todo, quer dizer, observando a sua estrutura organizacional, o diálogo entre produtor e receptor, os aspectos socioculturais, bem como o diálogo existente entre os textos.

De acordo com Costa Val (2000), outro aspecto que vale destacar são os princípios de textualização. Este termo “textualização” se refere às características que darão legitimidade a uma sequência de palavras ou até mesmo de frases serem de fato consideradas um texto. Entretanto, é válido observar as demais relações existentes para que um texto se constitua como tal. Neste sentido, as relações situacionais e cotextuais citadas por Marcuschi (2008) devem ser, portanto, consideradas.

Outro fator importante é a dimensão física do objeto linguístico, esta não é em hipótese alguma fator determinante de textualização. O que deve ser considerado é a compreensão e a comunicação. Nas palavras do autor citado acima “ O que faz um texto ser um texto é a discursividade, inteligibilidade e a articulação que ele põe em andamento.”(MARCUSCHI, 2008, p. 89). A exemplo, tem-se o vocábulo “Silêncio” que traz em si uma série de significações. É uma frase que implica toda uma conjuntura situacional e que comunica algo compreensível, sem haver necessidade de mais palavras para cumprir a sua função comunicativa.

Mediante o exposto a respeito de textualidade, é coerente mencionar os sete critérios de textualização de Beaugrande e Dressler (1983): a coerência, a coesão, a intencionalidade, a aceitabilidade, a situacionalidade, a informatividade e a intertextualidade. Esses critérios são importantes, pois reafirmam a atual abordagem da Linguística Textual – sociointeracionista. Considerando o texto, o autor e o leitor como essenciais na construção do sentido, destacando o papel do leitor, como sujeito ativo neste processo.

A seguir, far-se-á uma breve explanação sobre a Intertextualidade, principal temática discutida neste artigo.

2.2 INTERTEXTUALIDADE: A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS

Antes de falar sobre a intertextualidade, propriamente dita, faz-se mister salientar que Fiorin (2016) afirmou que Bakhtin já abordava o tema utilizando o termo dialogismo. Este termo consiste na existência de um diálogo entre os enunciados, isto é, um texto só existe, em razão de um já existente. E, é neste espaço, que as várias vozes sociais dialogam - diálogos originários de diversas ideologias.

Neste sentido, já era notória em sua obra a distinção entre interdiscursividade e intertextualidade. A primeira diz respeito à presença nos textos de ideias ou temas advindos de algo já dito, ou seja, não traz na superfície textual a materialidade linguística da voz do outro, apenas a ideia discursiva. Enquanto, a segunda traz esse encontro de materialidades linguísticas, sendo perceptível na tessitura textual, o dito do outro em forma de texto.

É a respeito da intertextualidade, perspectiva Bakhtiniana, que vários estudiosos em diversas partes do mundo passaram a trabalhar este tema. Tendo no Brasil, diversos autores que discorrem sobre o assunto, acha-se apropriado mencionar Koch, Bentes & Cavalcante (2008) para que, desde já, seja definido e comentado o termo intertextualidade segundo as autoras já citadas.

A intertextualidade *strictu sensu* (daqui por diante, apenas intertextualidade) ocorre quando, em um texto, está inserido outro texto (intertexto) anteriormente produzido, que faz parte da memória social de uma coletividade ou da memória discursiva (domínio estendido de referência, cf. Garrod, 1985) dos interlocutores. Isto é, em se tratando de intertextualidade *strictu sensu*, é necessário que o texto remeta a outros textos ou fragmentos de textos efetivamente produzidos, com os quais estabelecem algum tipo de relação. (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2008, p. 17)

Partindo desta definição, pode-se entender que a intertextualidade acontece quando em um determinado texto há a presença de outro texto e nele há conhecimentos partilhados entre diversos grupos sociais. Um determinado autor realiza uma produção textual e nesta produção, ele insere fragmentos de outras produções, podendo explicitar ou não a fonte recorrida. Para efetivar esse fenômeno, é necessário que o leitor ative os seus conhecimentos de mundo, portanto, atribuindo sentido à materialidade linguística.

À despeito do fenômeno apresentado, evidencia-se os seus tipos: intertextualidade temática, estilística, explícita e implícita, discutidas por Koch, Bentes & Cavalcante (2008). Porém, não serão aprofundados neste trabalho.

Dentre os tipos de intertextualidade citados, destaca-se a intertextualidade implícita, sobre a qual Koch, Bentes & Cavalcante (2008, p.30):

Tem-se a intertextualidade implícita quando se introduz, no próprio texto, intertexto alheio, sem qualquer menção explícita da fonte, com o objetivo quer de seguir-lhe a orientação argumentativa, quer de contraditá-lo, colocá-lo em questão, de ridicularizá-lo ou argumentar em sentido contrário.

A afirmação acima, além de conceituar a intertextualidade implícita, mostra as diferentes finalidades do autor ao se utilizar dela em sua produção. A princípio, tem-se a função argumentativa, que diz respeito à aplicação de algo já mencionado por outrem para dar respaldo ao seu discurso.

Observa-se ainda, dentro do fenômeno estudado, outros olhares sobre o tema; Genette (1982), classifica este fenômeno como intertextualidade restrita e também Piègay-Gros (1996). Ambos os autores, comungam a respeito das relações textuais que se dão através da copresença, fenômeno que se presentifica no corpus deste trabalho; e derivação, esta acrescentada posteriormente por Piègay-Gros.

A relação de copresença se dá através da presença indubitável de um texto em outro. Nesta concepção, sob a ótica de Genette (1982) e Piègay Gros (1996) já mencionados anteriormente, tem-se a citação, a referência, a alusão e o plágio.

Quando se trata da citação, conforme Cavalcante (2016), é comum a presença das aspas e outras formas de destaque como itálico, negrito ou recuo de margem, para delimitar o intertexto. Além disso, há em alguns casos uma referência direta ao autor do texto. Assim, o interlocutor não terá dificuldades em discernir as vozes.

Ainda tratando-se da citação, ela possui funções discursivas no texto. Dentre elas, ganha relevância neste trabalho, a função discursiva do recurso à autoridade. Neste caso, o autor utiliza-se deste recurso para “reforçar um efeito de verdade de um discurso, autenticando-o [...]” consoante Koch, Bentes e Cavalcante (2007, p.120). Isto é, o enunciador utiliza-se em seu discurso do discurso alheio para legitimar, sustentar ou ainda validar o seu dito.

Outra relação intertextual, a referência, como postula Cavalcante (2016, p. 150), “diz respeito ao processo de remissão a outro texto sem, necessariamente, haver citação de um trecho” [...]. O co-enunciador deixará marcas que remetam diretamente ao intertexto. Já na alusão não há uma referência explícita ao intertexto “(...) não se convocam literalmente as palavras nem as entidades de um texto, porque se cogita que o enunciador deseja sugerir-lhe sem expressar diretamente.” (Koch, Bentes e Cavalcante 2007, p. 127). O autor não tem a pretensão de explicitar o intertexto, antes entende que o leitor é que o fará na busca pela produção de sentido. Dessa

forma, ele perceberá algumas marcas deixadas pelo o autor, recorrerá aos saberes armazenados em sua memória discursiva e assim será capaz de alcançar o objetivo do co-enunciador.

Por fim, o plágio consiste na apropriação do texto alheio sem dar os devidos créditos ao autor. Esse fenômeno como explica Koch, Bentes e Cavalcante (2007, p. 128) "...é uma situação de apropriação indébita, pois se usa a passagem, que pode ser de extensão variada, do texto de outrem como se fosse da própria autoria". Neste caso, é usado de maneira proposital. Porém, há casos em que se desconhece os procedimentos formais para utilização do texto de outrem.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é de caráter bibliográfico, pois foi elaborada a partir de alguns referenciais teóricos acerca de textualidade e intertextualidade. E, mais estritamente, buscou-se esgrimir o último fenômeno e identificar as diferentes funções textual-discursivas imputadas ao intertexto. Já em relação à natureza do corpus, esta será de natureza qualitativa, visto que foram contempladas explicações e conferido significados ao corpus analisado.

No que concerne à constituição do corpus, utilizou-se a carta de Judas, contida na Bíblia, por aludir aos últimos dias da igreja na terra, e a grande deserção dos princípios da religião cristã. O autor reporta a vários textos já anteriormente expressos para lembrar, argumentar, ou até mesmo para alertar os cristãos. O objetivo é, portanto, reconhecer o discurso de outrem na voz do enunciador e identificar as respectivas funções textual-discursivas. Já que, na referida carta, o autor fez menção a outros textos contidos, principalmente, no Antigo Testamento para reforçar o seu dizer.

A análise será distribuída em recortes. Em cada recorte será feita uma tabela que conterá o próprio recorte, o possível texto fonte, a classificação quanto ao tipo de intertextualidade e a função textual discursiva. E em cada um será realizada análise propriamente dita.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CORPUS

A carta é escrita por Judas, aceito por muitos como sendo meio irmão de Jesus, conforme escreveu Green (1983). Uma vez que o evangelho de Mateus 13.55 refere tal fato “Não é este o filho do carpinteiro? E não se chama sua mãe Maria, e seus irmãos Tiago, e José, e Simão, e Judas?”. Embora tal afirmação não esteja explícita em sua carta, os cristãos do primeiro século o reconheciam com tal privilégio.

A igreja chamava Tiago e Judas de irmão do Senhor (1Co 9:5), mas eles preferiam pensar em si mesmos como sendo Seus servos, lembrando-se, sem dúvida, que nos tempos do seu próprio convívio com Ele como irmãos, não acreditavam nEle (Jo 7:5). (GREEN, 1983, p. 42.)

A autenticidade do livro nem sempre foi aceita por todos na comunidade cristã do segundo século como uma carta sagrada, visto que a estrutura desse escrito contém referências a escritos não reconhecidos pela igreja como escritura canônica; a exemplo do que se pode encontrar é a citação de Judas ao livro de Enoque, que no cânon sírio antigo, a *Peshitta*, não foi reconhecido como canônico, Green (1983). Embora tenha havido no passado contrapostos acerca da canonicidade desta carta, não resta dúvida que Judas é realmente o autor desta, não deixando margem para a pseudografia, que fora muito comum em escritos bíblicos, porém com pessoas bastante conhecidas como Jesus, Paulo ou Pedro.

Ao escrever sua epístola, conclui-se que Judas a endereça a judeus convertidos ao cristianismo, pois suas palavras fluem na perspectiva de que seus leitores são bons conhecedores do judaísmo, uma vez que há referência a cartas pseudoepigráficas de cunho judaico, bem como uma faz referências a ataques doutrinários característicos da comunidade judaico-cristã.

Provavelmente a epístola de Judas foi escrita antes da epístola de 2 Pedro, ou que Pedro tenha utilizado os escritos de Judas para orientá-lo na elaboração de sua carta, em razão de que eram contemporâneos e os problemas enfrentados pelos seus leitores eram os mesmos. Neste aspecto Beale & Carson (2014) dizem que

a maioria dos estudiosos hoje aceita que Judas foi escrito primeiro e que 2 Pedro cita essa carta em grande medida. Desta forma, é aceitável de que Judas a tenha escrito antes de 62 a.C pois essa é a data mais provável em que 2 Pedro é escrito.

Quanto ao propósito, o autor tem como objetivo alertar e encorajar seus leitores a perseverarem na fé em Jesus. Green (1983) diz que Judas escreveu sua epístola com pressa para lidar com um surto de falso ensino acerca do qual acabara de ouvir falar. Este falso ensinamento para os cristãos era o Gnosticismo.

Esta escola teológica que floresceu nos primórdios do cristianismo. Contrariando as pregações dos apóstolos, seus adeptos diziam-se os únicos a possuírem um conhecimento perfeito de Deus. Seu arcabouço doutrinário considerava a matéria invariavelmente má. Por isso, diziam que a humanidade de Cristo era apenas aparente. (ANDRADE 1998, p. 167.)

Os efeitos desta doutrina eram tão devastadores para a fé cristã que levava muitos a apostatarem da fé, por esse motivo, Judas escreveu para encorajá-los, reafirmar a autoridade dos verdadeiros profetas, os apóstolos, e rejeitarem a nova revelação, o gnosticismo.

4 ANÁLISE DO CORPUS

Nesta seção será analisada a carta de Judas. Dentre os versículos contidos neste corpus, dez aludiram a outros textos da Bíblia Sagrada, mais especificamente, ao Antigo Testamento e outros a alguns manuscritos judaicos. Nesta análise, será demonstrada a qual texto o locutor faz referência para respaldar seu discurso. Logo depois, será identificado o fenômeno intertextual e a sua função textual-discursiva. Também será feita uma breve contextualização dos textos-fonte para não comprometer o entendimento do leitor.

4.1 RECORTE 1

Judas 4	1 Enoque	Tipo de intertextualidade	Função discursiva da intertextualidade
Porque se introduziram alguns, que já antes estavam escritos para este mesmo juízo, homens ímpios, que convertem em dissolução a graça de Deus, e negam a Deus, único dominador e Senhor nosso, Jesus Cristo. Almeida (1993)	Segundo Beale I & Carson (2014)	Intertextualidade por copresença: Alusão Cavalcante (2016)	Argumento de autoridade Cavalcante (2016)

Fonte: Elaborado pela autora

Inicialmente, far-se-á a análise do versículo 4. Neste versículo, a tônica está no trecho “que já antes estavam escritos para este mesmo juízo”. Nesta passagem, Judas se refere a algumas pessoas de mau caráter que se infiltravam na igreja para deturpar os ensinamentos provenientes da Bíblia Sagrada.

Ao se referir aos tais, através do recurso da alusão, ele é categórico ao afirmar que um juízo os aguarda. Esta afirmativa é pautada em alguns escritos judaicos, como 1 Enoque, apontado por Beale & Carson (2014); conhecidos pelo autor, e o mesmo aplica esse juízo aos falsos mestres da época em que a carta foi escrita. Utilizando-se deste recurso, Judas acreditava que os fiéis estariam diante de circunstâncias semelhantes.

Na ocasião, Judas quando recorre ao discurso já mencionado, o faz na intenção de persuadir os seus interlocutores a batalharem pela fé e não se deixarem corromper. Por isso, cita exemplos cabais para argumentar e validar a sua mensagem. Essa função textual-discursiva é imputada ao argumento de autoridade.

Assim como nos demais casos, será constante a presença do fenômeno da intertextualidade: a citação por alusão. Esta se caracteriza pela presença de um intertexto, sem que necessariamente, haja marcas tipográficas. Neste caso trata-se da alusão, como diz Cavalcante (2016, p. 152), “é uma espécie de referenciação indireta, como uma retomada implícita, uma sinalização para o coenunciador que ele deve apelar à memória para encontrar o referente não dito”.

Dessa forma, ao longo dos versículos que serão analisados, será notória a menção a vários personagens do Antigo Testamento que procederam contrários ao padrão estabelecido pelas escrituras e foram punidos. E em todas as oportunidades, o autor usará o argumento de autoridade, conforme Cavalcante (2016, p. 147) “em que há a necessidade de se recorrer à palavra especializada para sustentar o que está sendo dito, garantindo mais credibilidade ao que diz o enunciador”.

4.2 RECORTE 2

Judas 5	Êxodo 32:38	Tipo de intertextualidade	Função discursiva da intertextualidade
Mas quero lembrar-vos, como a quem já uma vez soube isto, que, havendo o Senhor salvo um povo, tirando-o da terra do Egito, destruiu depois os que não creram.; Almeida (1993)	E os filhos de Levi fizeram conforme à palavra de Moisés; e caíram do povo aquele dia uns três mil homens	Intertextualidade por copresença: Alusão Cavalcante (2016)	Argumento de autoridade Cavalcante (2016)

O autor quando escreveu o versículo (4) “Porque se introduziram alguns, que já antes estavam escritos para este mesmo juízo, homens ímpios que convertem em dissolução a graça de Deus, e negam a Deus, único dominador e Senhor Nosso Jesus Cristo” conforme foi dito na análise anterior, ele referia-se às pessoas que não andavam segundo o que foi proposto pelos ensinamentos da Bíblia Sagrada. Então, a partir do versículo (5), passa a elencar acontecimentos ou personagens que se enquadram nesta perspectiva.

Como se vê no recorte acima, Judas reporta para o resgate do povo hebreu da terra do Egito, conforme Beale & Carson (2014); a fim de demonstrar que os mesmos que foram poupados de uma contínua escravidão em terras estranhas, não foram poupados quando não creram. Este episódio narrado em Êxodos 32.28 foi utilizado por Judas em sua carta através do recurso da alusão. Ou seja, o intertexto não está exposto na íntegra e nem é marcado através de recursos gráficos, porém é possível resgatá-lo através de pistas deixadas pelo autor.

A exemplo, quando este usa a expressão “Mas quero lembrar-vos”, suscita, então, um diálogo com algo dito anteriormente e é digno de ser reiterado, pois revela um fato crucial das escrituras que seus interlocutores são conhecedores. Continuando o versículo “como a quem já uma vez soube isto”, tem-se outra pista de que o intertexto faz alusão a outro discurso anteriormente mencionado. O autor acredita que os fazendo resgatar em suas memórias discursivas o evento em questão conseguirá persuadi-los a guardarem a fé e permanecerem fieis aos ensinamentos cristãos.

Sendo assim, cumpre-se o objetivo do enunciador, pois este se utilizou de outro texto para respaldar a alerta e a advertência contida em seu discurso. Neste caso, cumpre-se a função de argumento de autoridade.

4.3 RECORTE 3

Judas 6	Gênesis 6.1-4	Tipo de intertextualidade	Função discursiva da intertextualidade
E aos anjos que não guardaram o seu principado, mas deixaram a sua própria habitação, reservou na escuridão e em prisões eternas até ao juízo daquele grande dia; Almeida (1993)	Viram os filhos de Deus que as filhas dos homens eram formosas; tomaram para si mulheres de todas as que escolheram.	Intertextualidade por copresença; Alusão Cavalcante (2016)	Argumento de autoridade Cavalcante (2016)

Fonte: Elaborado pela autora

Dando continuidade à sua alerta, a partir de exemplos retirados da própria Bíblia, tem-se, neste versículo, a menção aos anjos – seres angelicais criados por Deus, e que na maioria das vezes são relacionados a algo bom, puro. Reafirmando o bom caráter desses seres, em algumas passagens da Bíblia Sagrada, é possível vê-los como mensageiros de Deus, executando propósitos divinos.

Ao se deparar com o texto referência, surgiram algumas discussões sobre quem seriam “os filhos de Deus” descritos nesse trecho. Recorrendo a Beale e Carson (2014) são mencionadas algumas hipóteses, segundo vários estudiosos, entre elas, uma diz que poderia ser a nobreza aristocrática da época moralmente decaída; outra supõe que seria os filhos de Sete, terceiro filho de

Adão e Eva; estes casaram com mulheres que não compactuavam da mesma fé. Por fim, no contexto do judaísmo, a última hipótese seria que “os filhos de Deus” referem-se aos anjos.

Ainda sobre as hipóteses apontadas no parágrafo anterior, mais particularmente, a última, Judas, de fato, refere-se a seres angelicais. E ainda segundo os autores citados acima é a teoria que possui mais adeptos.

No que tange à análise, percebe-se que o autor está sendo enfático quanto ao julgamento divino e para reforçar a sua mensagem e persuadir os seus interlocutores retoma a passagem indicada através da alusão. A referência aos anjos, utilizados como exemplo, seria um vestígio, que levaria o seu interlocutor a passear pelos antigos escritos e assim compreender a mensagem do autor, já que nesse tipo de recurso não há marcas tipográficas para marcar o discurso alheio.

Também neste versículo, a expressão “Assim como” remete a um outro discurso retomado neste, de forma implícita, mas que é possível identificá-lo desde que os interlocutores conheçam o texto original.

Assim o autor articulou os seus argumentos a fim de fundamentar o seu discurso.

Sendo perceptível, o uso do argumento de autoridade para tal.

4.4 RECORTE 4

Judas 7	Gênesis 19.25	Tipo de intertextualidade	Função discursiva da intertextualidade
Assim como Sodoma e Gomorra, e as cidades circunvizinhas, que, havendo-se entregue à fornicção como aqueles, e ido após outra carne, foram postas por exemplo, sofrendo a pena do fogo eterno. Almeida (1993)	E destruíu aquelas cidades e toda aquela campina, e todos os moradores daquelas cidades, e o que nascia da terra.	Intertextualidade por copresença: Alusão/Referência Cavalcante (2016)	Argumento de autoridade Cavalcante (2016)

Fonte: Elaborado pela autora

Neste recorte, o autor da carta continua advertindo aos seus leitores sobre uma punição eterna para todos aqueles que se portarem contrários aos princípios cristãos. Para isso, segundo Beale & Carson (2014), ele se reportou ao livro de Gênesis, capítulo 9.25, onde relata a destruição das cidades de Sodoma e Gomorra e demais cidades circunvizinhas.

Na ocasião, observa-se a escolha da expressão “Assim como” no início deste versículo, exatamente, para retomar o exemplo dos anjos citados anteriormente e demonstrar que, de semelhante modo, as cidades aludidas também foram duramente recompensadas pelo terrível procedimento dos seus habitantes.

Neste sentido, faz-se, necessário, citar este acontecimento para evidenciar aos seus interlocutores que, de fato, o juízo de Deus sempre chegará aos tais. Observa-se a reiterada advertência pelo autor, a fim de que os seus interlocutores não procedam de igual modo e sejam conduzidos a guardarem os ensinamentos genuínos das escrituras e não sejam presas dos charlatões que sorrateiramente disseminavam o mal.

Ao proferir estes exemplos, Judas não se exime das ideias explicitadas pelo discurso do outro (citação através da alusão), pelo contrário, ele as compartilha e as utiliza com o intuito de fortalecer o seu discurso. Demonstrando assim, a função textual discursiva de argumento de autoridade. Também, acredita-se que ao fazer referência aos nomes das cidades, Sodoma e Gomorra, o locutor deixa rastros bem visíveis da sua retomada, empregando, então, a referência, fenômeno intertextual.

Entende-se que no recorte 4, há a presença dos dois fenômenos. Ambos bem articulados de forma que levassem o leitor a percepção da intertextualidade. A alusão é feita de modo mais implícito, ao passo que a referência é uma retomada mais direta.

4.5 RECORTE 5

Judas 9	Ascensão de Moisés, obra apócrifa.	Tipo de intertextualidade	Função discursiva da intertextualidade
Mas o arcanjo Miguel, quando contendia com o diabo, e disputava a respeito do corpo de Moisés, não ousou pronunciar juízo de maldição contra ele; mas disse: O Senhor te repreenda. Almeida (1993)	Segundo Beale & Carson (2014)	Intertextualidade por copresença: Alusão Cavalcante (2016)	Argumento de autoridade Cavalcante (2016)

Fonte: Elaborado pela autora

No versículo anterior ao 9, Judas refere-se aos apóstatas que dentre os tantos atos condenáveis à luz das escrituras sagradas, também não tinham respeito pelas autoridades cristãs humanas, nem as celestiais. Para referendar a sua afirmação, no versículo seguinte exemplifica como o anjo Miguel procedeu com respeito diante do seu oponente.

Neste episódio citado no versículo 9, não há um texto fonte na Bíblia que se refira a ele. Porém, no contexto do Judaísmo, de acordo com Beale e Carson (2014) apontam que Clemente de Alexandria, em *Fragmentos da Epístola de Judas*, diz que Judas refere-se a uma obra apócrifa *Ascensão de Moisés* para ilustrar esse episódio. Enfim, trata-se de uma das suposições, já que ainda segundo os autores não há uma fonte original dessa narrativa.

No entanto, é notório que o enunciador fez alusão a algum manuscrito para referendar o seu discurso. Como esta obra é endereçada aos judeus da época em que foi escrita, acredita-se que seus enunciadores tenham conhecimento desta narrativa. Um critério importante para que a alusão se concretize nos dizeres de Genette, já citado por Koch, Bentes & Cavalcante (2008) neste trabalho, é que o enunciado seja conhecido pelo enunciatário.

Nota-se que o autor da referida carta pretendia alcançar, com clareza e sem interrupções, o seu destinatário; não fazê-lo apenas refletir acerca do discurso, porém que este fosse capaz de julgá-lo como verídico, a ponto deste ser instruído a adotar nas suas relações cotidianas atitudes corretas, tendo como parâmetro, neste caso, como foi demonstrado neste versículo, o procedimento respeitoso

do anjo quando foi desafiado pelo seu oponente. Por isso, Judas apoiou-se no dizer alheio para sustentar os seus argumentos, ou seja, tem-se aí o recurso do argumento de autoridade, conforme Cavalcante (2016).

4.6 RECORTE 6

Judas 11	Gênesis e Números	Tipo de intertextualidade	Função discursiva da intertextualidade
Ai deles! porque entraram pelo caminho de Caim, e foram levados pelo engano do prêmio de Balaão, e pereceram na contradição de Coré. Almeida (1993)	Gênesis 4.1-25; Números 31. 16.1-30. Segundo Beale & Carson (2014)	Intertextualidade por copresença: Referência Cavalcante (2016)	Argumento de autoridade Cavalcante (2016)

Fonte: Elaborado pela autora

Inicialmente, exporemos de maneira sucinta estes personagens: Caim, Balaão e Coré. O primeiro, famoso por fazer parte da criação do mundo, segundo a concepção religiosa, também conhecido por ser filho de Adão e Eva. Este personagem é lembrado de forma negativa por ter assassinado o seu irmão Abel.

O segundo personagem, Balaão, apresentado no capítulo 22 do livro de Números da Bíblia Sagrada; era um homem conhecido como profeta. Por isso, foi chamado por uma nação inimiga dos hebreus, povo escolhido por Deus, para amaldiçoá-los. No entanto, Deus o adverte a não fazê-lo e assim, inicialmente, o obedece. Depois, atraído por ganhos materiais, persiste junto à nação inimiga dos hebreus. Assim, a recompensa pela sua postura chegou: Balaão acabou sendo morto.

Já o último personagem, Coré, foi apresentado por Judas por liderar uma rebelião contra Moisés e Arão, líderes do povo, a quem deveria prestar respeito, obediência e honra. Mas assim não procedeu, antes incitou outros liderados a questionar a autoridade destes e assim promoveu uma rebelião.

Seguindo-se à análise, após breve apresentação dos personagens, percebe-se aqui, a evocação direta a Caim, Balaão e Coré, fazendo com que o leitor relembre as narrativas das quais esses personagens fazem parte. Já abordada, em outra oportunidade, esta remissão explícita a eles caracteriza a referência, recurso

intertextual utilizado por Judas neste versículo, assim como explicita Cavalcante (2016) ao mencionar que esse recurso linguístico é identificado por meio da menção aos personagens do texto-fonte.

Quando Judas optou por referir-se a estes três exemplos de caracteres distorcidos, dialogou com os textos bíblicos, apontados no quadro por Beale & Carson (2014). Essa menção tem como objetivo chegar a um público específico, os cristãos, pois os personagens expostos surgem como maus exemplos, nem sempre o foram, mas por algum motivo desviaram-se do bem. Esta alerta fará com que os seus interlocutores reflitam e abominem tais práticas, pois cada um no tempo oportuno teve a sua terrível recompensa.

Dessa maneira, o autor legitima a sua alerta quando menciona Caim, Balaão e Coré e seus respectivos pecados. Válida, então, o que vem sendo exposto; portanto, cumpre-se a função de argumento de autoridade.

4.7 RECORTE 7

Judas 12	Ezequiel e Provérbios	Tipo de intertextualidade	Função discursiva da intertextualidade
Estes são manchas em vossas festas de amor, banqueteadando-se convosco, e apascentando-se a si mesmos sem temor; são nuvens sem água, levadas pelos ventos de uma para outra parte; são como árvores murchas, infrutíferas, duas vezes mortas, desarraigadas; Almeida (1993)	Ezequiel 34. 2,3. Provérbios 25.14	Intertextualidade por copresença: Referência Cavalcante (2016)	Argumento de autoridade Cavalcante (2016)

Fonte: Elaborado pela autora

Uma vez que um dos objetivos dessa carta seria persuadir aos cristãos a batalharem pela fé, Judas, na condição de discípulo fiel às escrituras sagradas, vê-se imputado de autoridade para admoestar e alertar aos fieis sobre as atitudes indecorosas daqueles que se diziam bons mestres, mas na verdade não passavam de falsos enganadores.

Então, de maneira imperativa, descreve os atos desses falsos mestres usando o trecho “banqueteando-se convosco, e apascentando-se a si mesmos sem temor.” Este trecho conforme Beale e Carson (2014), provavelmente tem a sua origem em Ezequiel 34. 2,3. Nessa passagem, Ezequiel traz à tona os maus feitos dos pastores, principalmente, no que diz respeito as suas reprovadas condutas; e os critica verazmente.

Judas, assim como vem procedendo nos discursos anteriores, continua expondo as práticas destes falsos mestres aos seus leitores; e por meio da alusão, recurso da intertextualidade explicitado por Cavalcante (2016), menciona implicitamente o texto de Ezequiel para alertá-los e serem capazes de identificar estes enganadores para não caírem nas suas falsas doutrinas.

Assim como na outra parte do versículo “são nuvens sem água”, essa expressão, ainda segundo os autores citados, remetem a Provérbios 25.14. Neste sentido, eles fazem o seguinte comentário “(...) retratam a promessa sem cumprimento do charlatanismo espiritual. Os falsos mestres prometem pastagem e água “fresca”, mas nada fornecem”. Beale e Carson (2014 p. 1315). O autor no mesmo versículo achou necessário fazer outra alusão a um outro texto, supõe-se que o mesmo assim procedeu a fim de resguardar aos seus leitores de tais mestres.

Conforme percebe-se, o autor da carta analisada, nos dois momentos em que aludiu aos textos diferentes, valeu-se da alusão para respaldar o que vem sendo dito através do argumento de autoridade. Esse recurso requer do leitor uma interpretação mais perspicaz, pois essa retomada é feita de maneira indireta e bastante sutil, de acordo com Cavalcante (2016).

4.8 RECORTE 8

Judas 13	Isaías 57.20	Tipo de intertextualidade	Função discursiva da intertextualidade
Ondas impetuosas do mar, que escumam as suas mesmas abominações; estrelas errantes, para os quais está eternamente reservada a negrura das trevas. Almeida (1993)	Mas os ímpios são como o mar bravo, porque não se pode aquietar, e as suas águas lançam de si lama e lodo.	Intertextualidade por copresença: Alusão Cavalcante (2016)	Argumento de autoridade Cavalcante (2016)

Fonte: Elaborado pela autora

Neste recorte, na parte inicial do versículo “Ondas impetuosas do mar, que escumam as suas mesmas abominações”; o autor profere estas expressões remetendo ao livro de Isaías, 57.20. Ainda recorrendo aos autores supracitados, eles apontam:

a palavra “mar” evoca o caos, a impiedade e o perigo e constitui uma das razões pelas quais a concepção bíblica da consumação final não apenas anuncia um novo céu e uma nova terra, mas também promete que o mar não mais existirá. (BEALE; CARSON, 2014, p. 1315).

De acordo com esta citação, supõe-se que o enunciador, ao fazer esta alusão, pretendia deixar claro para os seus enunciadores o destino final daqueles que assim como o mar, provocam o caos, a impiedade e o perigo. Logo, o fim será o mesmo, pois não prevalecerão para sempre. Por isso, o versículo também compara os tais com “estrelas errantes”, estas estão predestinadas às trevas, e não podem ser usadas como referencial em uma navegação.

Assim, Judas, mais uma vez, dialoga e recorre a outros autores do velho testamento para fundamentar o seu dizer, de maneira contundente, a fim de alcançar os seus interlocutores e instruí-los acerca do trágico fim dos desertores dos princípios cristãos, como também todos aqueles que decidirem enveredar por tais tendências enganosas.

Torna-se claro, novamente, a função da alusão, visto que há um apelo para a memória discursiva do leitor, fazendo-o atentar

às pistas linguísticas deixadas pelo locutor, sem recorrer às marcas tipográficas, o que dificultaria a recuperação da intertextualidade se o interlocutor não tivesse conhecimento do texto-fonte. Além disso, percebe-se o uso do argumento de autoridade para evitar que seus enunciadores permitam-se ser guiados por tão falsos instrutores e assim não tenham o mesmo fim daqueles que se deixam levar pelo engano.

4. 9 RECORTE 9

Judas 14-15	1 Enoque	Tipo de intertextualidade	Função discursiva da intertextualidade
Judas 114: E destes profetizou também Enoque, o sétimo depois de Adão, dizendo: Eis que é vindo o Senhor com milhares de seus santos; Judas 115: Para fazer juízo contra todos e condenar dentre eles todos os ímpios, por todas as suas obras de impiedade, que impiamente cometeram, e por todas as duras palavras que ímpios pecadores disseram contra ele. Almeida (1993)	De acordo com Beale e Carson (2014)	Intertextualidade por copresença: Alusão Cavalcante (2016)	Argumento de autoridade Cavalcante (2016)

Fonte: Elaborado pela autora

Para os últimos versículos que serão analisados neste trabalho, não há versículos inteiros no Antigo Testamento que possam ser relacionados diretamente a eles, por isso serão dispostos no mesmo quadro diferentemente dos exemplos anteriores. No entanto, no livro de 1 Enoque, um livro não canônico, será encontrada a fonte destas declarações. Não descartando algumas alusões ao Antigo Testamento como se verá no próximo parágrafo.

À priori, é citado o nome de Enoque, personagem bíblico encontrado em algumas passagens do Antigo Testamento. Porém, o discurso proferido por este “Eis que é vindo o Senhor com milhares de seus santos” é encontrado em 1 Enoque 1.9. Outra alusão ao

Antigo Testamento é o próprio discurso de Enoque, segundo Beale e Carson (2014), refere-se a Deuteronômio 33.2.

Avançando na análise, no que concerne ao objetivo pretendido por Judas, ao mencionar um personagem importante e o seu discurso, ele pretendia reiterar aos seus enunciatários sobre o juízo de Deus a todos aqueles que procederem contrários aos padrões cristãos estabelecidos. Neste caso, ele diz que o próprio Deus virá para o juízo final com todos os santos. Esse discurso, provavelmente, trará esperança e fé aos seus interlocutores a fim de que estes continuem perseverando na doutrina cristã e, por conseguinte, sejam salvos deste terrível juízo.

No exemplo, em foco, como foi colocado, o autor recorreu à alusão. Desse modo, para que a intertextualidade seja efetivada, o leitor deverá percorrer em busca dos seus conhecimentos sobre o Velho Testamento, bem como 1 Enoque. Isto posto, o autor desejava provocar fé e esperança nos seus leitores, mais uma vez fez uso do argumento de autoridade como já foi mencionado nas outras análises.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como proposto inicialmente, o objetivo deste trabalho foi a identificação e a análise dos fenômenos intertextuais por copresença, a referência e a alusão. Buscou-se também descobrir a função textual-discursiva desses fenômenos a saber, o argumento de autoridade.

Na ocasião, constatou-se que o corpus analisado, carta de Judas, é um texto que relaciona-se com outros, principalmente, com o Velho Testamento e outros escritos judaicos. Verificou-se também que a leitura da carta demanda que o leitor estabeleça conexões com outros textos, através de pistas deixadas pelo autor, afim de que haja a construção de sentidos.

Da mesma forma, foi comprovado que o autor utilizou-se dos fenômenos intertextuais já citados com a função de argumento de autoridade, com o intuito de dar sustentação ao seu discurso de maneira que os seus interlocutores sejam persuadidos a amoldarem os seus comportamentos à luz das escrituras sagradas, a

batalharem pela fé, como também, adverti-los quanto aos falsos mestres e o juízo que os aguarda.

Atesta-se, assim, que a intertextualidade constitui-se em uma ferramenta crucial na articulação das ideias do produtor textual, a fim de cumprir um determinado objetivo. Entende-se que há muito a ser investigado sobre a intertextualidade, tendo em vista que este estudo buscou contribuir para a ampliação do conhecimento teórico acerca desse tema.

Os resultados mostram a alusão como o principal recurso utilizado pelo autor, com o intuito de admoestar os seus interlocutores acerca dos falsos mestres que desejavam suplantar a fé, uma vez recebida pelos cristãos daquela época. Além disso, Judas deseja também promover nos seus interlocutores um sentimento de perseverança em relação à doutrina recebida através das escrituras sagradas.

Acrescenta-se a isso que para a construção argumentativa do autor na carta não apenas a alusão foi crucial, mas também a referência que atuaram de forma decisiva para a articulação argumentativa do discurso e, por conseguinte, a compreensão por parte do leitor. Ademais, reconhece-se que essa pesquisa é bem modesta e não configura uma análise exaustiva, uma vez que muitos aspectos podem ser explorados a partir deste corpus.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João Ferreira de. Trad. **A Bíblia Sagrada (revista e atualizada no Brasil)**. 2. ed. São Paulo: Sociedade Bíblica Brasileira, 1993.

ANDRADE, Claudionor Corrêa de. **Dicionário Teológico**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 1998.

BAKHTIN, M.M. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.

BEALE, G.K.; CARSON, D.A. **O uso do Antigo Testamento no Novo Testamento**. CARSON, D. A. Judas. In: BEALE, G. K.; CARSON, D. A.

(org.). **O uso do Antigo Testamento no Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2014.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2016.

FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

GREEN, Michael. **Segunda Epístola de Pedro e Judas**. São Paulo: Editora Vida Nova, 1983.

KOCH, I, V. **O texto e a construção dos sentidos**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

KOCH, I, V; BENTES, A, C; CAVALCANTE, M, M. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KOCH, I, V; ELIAS, V, M. **Ler e compreender os sentidos do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARCUSCHI. L. A. **Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

VAL, Maria da Graça Costa. **Redação e Textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.